

### 3

## Ambiente e desenvolvimento humano

É indiscutível a importância do ambiente no desenvolvimento. Ambiente implica condições geográficas, sócioeconômicas, culturais. No capítulo anterior, fizemos uma descrição do ambiente físico do nosso campo de pesquisa, envolvendo algumas dessas categorias. Tentaremos, a seguir, pensar sobre questões implícitas nas situações que constituem o ambiente afetivo e social, assim como suas consequências na constituição da subjetividade.

### 3.1

#### Contribuições de D.W. Winnicott

D. W. Winnicott constrói, ao longo de sua teoria, um importante paralelo entre os fatores ambientais e a constituição do sujeito, motivo pelo qual encontramos neste autor um dos apoios teóricos centrais para o presente trabalho.

Confrontando as teorias de Winnicott e Freud, percebemos o lugar diferenciado do qual nos fala o autor inglês que, embora psicanalista, dirigiu sua obra por um caminho singular, criando uma teoria própria na qual ambiente e cultura encontram um lugar privilegiado. Desta forma, uma das marcantes características do pensamento winnicottiano é a interação total entre indivíduo e ambiente: “Quando se fala de um homem, fala-se dele *juntamente* com a soma de suas experiências culturais. O todo forma uma unidade” (WINNICOTT, 1975a, p. 137, grifo do autor).

Ou seja, segundo o autor, não podemos falar sobre um indivíduo sem considerar o ambiente no qual se constituiu. Neste sentido, há um importante ponto através do qual Winnicott destaca-se em relação à psicanálise clássica: ao contrário do papel estrutural central que o desamparo exerce na teoria freudiana, Winnicott destaca a capacidade que o ambiente facilitador possui de fornecer “provisões”, possibilitando ao bebê uma outra experiência, capaz de fazer

contraponto ao desamparo vivenciado desde o princípio da existência humana, como postula Freud.

Segundo a teoria winnicottiana, o indivíduo tende ao amadurecimento, sendo o ambiente facilitador de tal tendência. Desta forma, destaca mais uma vez que o ambiente “faz parte do próprio desenvolvimento” (WINNICOTT, 1975f, p. 79).

Winnicott (1990) pontua que no início da vida o conceito de ambiente não é apenas externo nem tampouco interno ao bebê. Como, inicialmente, este mantém com o cuidador uma relação de dependência total, o autor demarca a existência de uma unidade original: o conjunto ambiente-indivíduo. Sem um ambiente que se ocupe de seus cuidados, o bebê não pode existir. Desta forma, pode encontrar duas situações: um ambiente facilitador ou intrusivo. Para Winnicott (1978), a constituição ou não de um indivíduo autônomo, criativo está intimamente relacionada com a assimilação que este faz do meio no qual se encontra.

Percebemos que a “subjetividade” winnicottiana não é unicamente mentalista, também não coincide apenas com a psique, mas diz respeito a uma integração que inclui ainda o corpo e o ambiente. Ou seja, para o autor, a experiência subjetiva ocorre no **espaço potencial**, que envolve a psique-mente-soma e o ambiente externo.

### 3.1.1

#### **Espaço potencial – o local do paradoxo**

Winnicott (1975d) toma como pressuposto a não aceitação por completo da realidade por parte do ser humano, o que o leva a relacionar as realidades interna e externa. Mas anuncia uma saída possível: esta tensão é atenuada por uma área intermediária da experiência: o espaço potencial, que não é contestada. Trata-se de uma continuidade do brincar da criança, imprescindível para o relacionamento entre esta e o mundo durante a tenra infância. Sua instauração é decorrência de

uma maternagem suficientemente boa, que cria condições de continuidade no tempo do ambiente físico, permitindo que se construam os objetos transicionais.

Por pertencer ao eu e ao mundo ao mesmo tempo, o espaço potencial é um local paradoxal. Filosoficamente, **paradoxo** é uma oposição, uma contradição que deve ser sustentada, que não exige resolução nem síntese e que, portanto, não deve ser superada<sup>13</sup>.

Percebemos que Winnicott utiliza-se pouco do conceito de “sujeito”, preferindo referir-se a uma **subjetividade**, que se constitui neste espaço potencial: “[...] área intermediária entre o subjetivo e aquilo que é objetivamente percebido” (WINNICOTT, 1975d, p. 15). O espaço potencial está entre a mãe e o bebê, entre a criança e a família, o indivíduo e a sociedade, sendo o local não apenas dos fenômenos e objetos transicionais e da brincadeira, mas também expandindo-se no viver criativo e na cultura humana (WINNICOTT, 1975a). Nesta área, ocorre tanto a ilusão do bebê, quanto a brincadeira da criança, a arte e a religião dos adultos.

Winnicott também denomina tal espaço de “a terceira parte da vida humana”, local que compõe uma:

[...] área intermediária de experimentação, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa. Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas (1975d, p. 15).

O psicanalista inglês pontua que “Freud, na sua topografia da mente, não encontrou lugar para a experiência cultural” (1975a, p. 133), afirmando que não apenas o pai da psicanálise, mas também os psicanalistas que atuam através de seus preceitos não oferecem lugar para **situar** a experiência cultural - que para Winnicott é própria ao espaço potencial.

As primeiras experiências de vida determinam o uso que o indivíduo poderá fazer deste espaço, ocasionando uma ampla variação – de pessoa para pessoa – da capacidade de apropriar-se do mesmo. O espaço potencial se

<sup>13</sup> A contrapartida do paradoxo é a **dialética**, que se refere a uma contradição que deve se resolver de forma sintética.

desenvolve quando a criança possui um sentimento de confiança na mãe (confiança, portanto, em relação aos elementos ambientais). Ou seja, Winnicott (1975b) destaca que a capacidade de brincar, criar, ter experiência cultural, vinculando-se e contribuindo para a cultura, depende da oportunidade que o bebê teve de, nos estágios primitivos, ter uma relação suficientemente boa com seu cuidador.

### 3.1.2

#### **A mãe suficientemente boa**

Nas fases iniciais do desenvolvimento emocional, como o bebê ainda não se separou do ambiente, este ocupa função de grande importância. A diferenciação entre o não-eu e o eu ocorre de forma progressiva. Winnicott (1975b) destaca a importância da existência de uma mãe disponível para a maternagem, figura esta que, inicialmente, é o ambiente para o bebê, precisando incorporar funções ambientais.

Somente contando com uma mãe suficientemente boa - não necessariamente a biológica - o bebê poderá evoluir do princípio do prazer para o princípio da realidade (WINNICOTT, 1975d).

Para o autor, esta figura:

[...] efetua uma adaptação ativa às necessidades do bebê, uma adaptação que diminui gradativamente, segundo a crescente capacidade deste em aquilatar o fracasso da adaptação e em tolerar os resultados da frustração [...] na verdade, o êxito no cuidado infantil depende da devoção, e não de “jeito” ou esclarecimento intelectual (1975d, p. 25).

Inicialmente a mãe suficientemente boa adapta-se quase totalmente às necessidades do bebê; se a adaptação inicial não for praticamente total, este não é capaz de iniciar sua habilidade de experimentar uma relação com a realidade externa ou desenvolver um entendimento desta. De acordo com a progressiva competência do bebê em lidar com o fracasso da adaptação da mãe às suas necessidades, esta se adapta cada vez de modo menos efetivo.

Assim, o psicanalista inglês (1975b) demarca que o desenvolvimento inicial do bebê requer funções ambientais imprescindíveis, provisões como o segurar, manejar e apresentar objetos, que devem ser oferecidas e sustentadas pela mãe suficientemente boa, o que irá garantir a integração do bebê, sua maturação, o inter-relacionamento psicossomático e a relação com os objetos.

### 3.1.3

#### A função de espelho

Com relação às provisões ambientais, Winnicott confere grande destaque à necessidade que o bebê tem de ser olhado pela mãe e do tipo de olhar que carece:

Quando olho, sou visto; logo, existo. Posso agora me permitir olhar e ver. Olho agora criativamente e sofro a minha apercepção e também percebo. Na verdade, protejo-me de não ver o que ali não está para ser visto (a menos que esteja cansado) (WINNICOTT, 1975b, p. 157).

Para melhor compreendermos a função especular, recorreremos à contribuição de Doin (1980), autor que traz o pensamento winnicottiano em sua obra.

Através de tal função, realizamos e anunciamos uma imagem do outro que está diante de nós. Como qualquer comunicação, esta função está sujeita a falhas, inclusive nas situações mais favoráveis:

Os espelhos humanos estão sempre às voltas com as brumas mais ou menos cerradas dos seus subjetivismos [...] haverá sempre um tanto de distorção subjetiva na imagem que fazemos e emitimos da pessoa que está junto a nós (DOIN, 1980, p. 148).

A função especular ocorre sempre em uma relação entre duas ou mais pessoas, na qual ao menos uma espelha a imagem da outra ou outras.

[...] o ser humano nasce com pré-concepções de eu e de não-eu [...]; estas pré-concepções tendem a se transformar em concepções diferenciadas e integradas, no contato com percepções, através dos relacionamentos pessoais, a partir da relação especular primária com a mãe (p. 150).

O autor destaca duas principais categorias de função especular humana: a função primária e secundária. Ambas podem propiciar uma integração e uma desintegração.

A função especular humana primária integradora ocorre a serviço da integração somato-psíquica e do narcisismo, se passando entre a mãe e o bebê, em seus meses iniciais de vida, quando este sente que é um só com sua mãe.

[...] ela organiza o caos primitivo de sensações e emoções que acometem o filho, de modo a poder oferecer-lhe, gradativamente, elementos apropriados aos processos mentais sistematizados, inclusive à representação psíquica de si mesmo (p. 150-151).

Desta forma, a mãe funciona como uma espécie de espelho que mostra ao bebê, de forma crescente, o quanto ele é um ser diferenciado, fornecendo-o uma imagem inicial de sua soma-psique integrada - mas isto ocorre apenas diante da existência de variadas respostas maternas, da fina sintonia frente às demandas do bebê.

Para Winnicott: “No desenvolvimento emocional individual, o *precursor do espelho é o rosto da mãe.*” (1975b, p. 153, grifo do autor). Ao olhar o rosto da mãe, o que o bebê vê é a si mesmo.

Quando é dada ao bebê a oportunidade de desenvolver-se em um ambiente facilitador, com seu ritmo próprio e o auxílio da mãe, este se torna capaz de depender cada vez menos do espelho materno, adquirindo autorreflexão e autoestima, ou seja, sua função especular interna vai ganhando espaço e força (DOIN, 1980).

O autor nos mostra também a importância da função especular secundária integradora (e reintegradora), que ocorre após os meses iniciais da vida do bebê, operando em prol do narcisismo normal, através do reparo das falhas advindas da função primária. Através desta função, a criança tem a possibilidade de reintegrar a vitalidade, a autoestima e as vivências do eu. Neste momento, mãe e bebê já não se encontram em um relacionamento tão dependente, emergindo outras figuras que, gradativamente, vão ganhando maior importância - como o pai e o professor – contribuindo significativamente para o desenvolvimento da identidade infantil.

Embora destaque a função especular primária por sua importância e amplitude ímpares, Doin enfatiza o valor da função secundária, que ocorre através de todos os níveis de comunicação humana:

[...] num contexto especializado para tal fim [...] ou numa relação pessoal comum, no meio de todas as outras funções e trocas de gratificações instintivas, afetivas e de conhecimento; podem então ocorrer vivências mais ou menos profundas ou fugazes, de união estreita, de simbiose ou fusão, semelhantes às da relação mãe-bebê, seguidas normalmente de separação e individualização (1980, p. 154).

Através da função secundária, vivências de identidade e autoestima são satisfatoriamente mantidas. “O espelhado”, através do encontro com o outro (que o conhece e estima), tem a possibilidade de conhecer ou reconhecer suas peculiaridades, qualidades e limitações, integrando-as.

#### 3.1.4

#### **O brincar, a criatividade e as contribuições culturais**

De acordo com Winnicott, a brincadeira é própria à saúde, uma forma básica de viver que se localiza na fronteira entre o subjetivo e o objetivamente percebido, ou seja, no espaço potencial – que é o lugar do brincar, da função simbólica e também da experiência cultural – sendo assim, percebemos a ampla conexão entre o brincar e o viver criativo.

O autor (1975e) versa sobre um determinado brincar que possui lugar e tempo específicos: “A fim de dar um lugar ao brincar, postulei a existência de um *espaço potencial* entre o bebê e a mãe” (p. 63, grifo do autor), que não é “dentro” muito menos “fora” do sujeito.

Objetos e fenômenos transicionais compõem esta área intermediária da experiência, “[...] entre o erotismo oral e a relação de objeto, entre a atividade criativa primária e a projeção do que já foi introjetado [...]” (WINNICOTT, 1975d, p. 14).

Os objetos e fenômenos transicionais possuem a importante função de defesa contra a ansiedade, principalmente a ansiedade depressiva. Trata-se da “*possessão original não-eu*” (WINNICOTT, 1975d, p. 18, grifo do autor). O objeto transicional é também a utilização inicial de um símbolo, assim como a experiência inaugural da **brincadeira**. Para Winnicott (1975a) “Ele é um símbolo da união do bebê e da mãe, utilizado para representar a união de ambos quando encontram-se no começo de sua separação.” (p. 135).

O autor (1977) defende que qualquer experiência de brincadeira – tanto física quanto moral – confere prazer às crianças, que são capazes de achar objetos e arquitetar brincadeiras com muita facilidade, não necessitando que lhes forneçamos materiais e ideias em excesso.

Porém, Winnicott (1975e) nos mostra o quanto o brincar foi em demasia associado à masturbação na produção psicanalítica que lhe precedeu, sugerindo que pensemos a seu respeito enquanto uma atividade que não se confunde com a atividade masturbatória, pois:

[...] o elemento masturbatório está essencialmente ausente no momento em que a criança brinca [...] quando uma criança está brincando, se a excitação física do envolvimento instintual se torna evidente [...] o brincar pelo menos se estraga (p. 60).

Desta forma, descortina a possibilidade de pensar o fenômeno do brincar de forma distinta.

As brincadeiras infantis “se baseiam na fantasia e no reservatório total do que poderia ser sonhado, e das camadas mais profundas – mesmo as mais profundas de todas – do inconsciente” (WINNICOTT, 1971, p. 266). O brincar carrega a possibilidade da criança experimentar o que existe em toda sua realidade psíquica, aumentando o sentimento de identidade.

“Conquanto seja fácil perceber que as crianças brincam por prazer, é muito mais difícil para as pessoas verem que as crianças brincam para dominar angústias, controlar idéias ou impulsos que conduzem à angústia se não forem controlados.” (WINNICOTT, 1977, p. 162).

Mais do que dar um escoamento ao ódio e à agressão através das brincadeiras, as crianças gostam de concluir que nelas encontram um meio conhecido para

manifestar tais impulsos agressivos, sem que haja retorno do ódio e violência do meio para elas. Neste sentido, Winnicott nos lembra que devemos aceitar a agressividade na brincadeira infantil.

Entretanto, é no domínio do sonho que o autor demarca ser um dos locais onde o comportamento agressivo se manifesta de forma mais madura, visto que:

Nos sonhos, a destruição e a morte são experimentadas em fantasia e essa atividade onírica está associada com um determinado grau de excitação no corpo; é uma experiência concreta e não um exercício intelectual, apenas (1971, p. 266).

Diante das favoráveis condições ambientais, a criança vai desenvolvendo a capacidade lúdica construtiva (mais uma possibilidade de alternativa à destruição), que representa um importante sinal de saúde. Mas trata-se de uma construção lenta, possibilitada pelo ambiente fornecido pelos pais (ou os que atuam como pais), que permitem que a criança tenha uma série de experiências concretas.

Neste sentido, demarca-se mais uma vez a importância do papel dos cuidadores na facilitação da maturação das crianças, principalmente nas épocas mais primitivas, quando o bebê e a mãe passam de uma relação apenas física para ser enriquecida por fatores ambientais, destacando que:

[...] a maioria das crianças recebe cuidados suficientemente bons, nas primeiras fases, para que certa dose de integração seja efetuada na personalidade, e o perigo de uma erupção maciça da destrutividade inteiramente vazia de sentido é bastante improvável (1971, p. 269).

A concretização da tendência inata ao amadurecimento (que implica na possibilidade de apropriar-se de um **viver criativo**) depende da relação que o bebê estabelece com o ambiente, representado inicialmente pela “mãe”. Esta deve proporcionar ao bebê acesso completo e prazeroso ao seu corpo, apresentando-lhe o mundo através da alimentação e dos demais cuidados. É dever da mãe permitir tanto a ilusão do bebê de que pode criar o mundo a partir da necessidade, como a posterior desilusão necessária para sua inserção no princípio de realidade.

Ou seja, a **criatividade** surge de um jogo entre a mãe e o bebê, onde o encontro da necessidade biológica com a satisfação desperta no segundo a ilusão de que ele criou e é capaz de criar o que necessita (onipotência). Para o

psicanalista inglês, a mãe, tendo disponibilidade de exercer constantemente sua função durante um período determinado, possibilita no bebê a aquisição da experiência deste controle mágico:

O bebê começa a fruir de experiências baseadas num ‘casamento’ da onipotência dos processos intrapsíquicos com o controle que tem do real. A confiança na mãe cria aqui um *playground* intermediário, onde a idéia de magia se origina, visto que o bebê, até certo ponto, *experimenta* onipotência [...]. Chamo isso de *playground* porque a brincadeira começa aqui. O *playground* é um espaço potencial entre a mãe e o bebê, ou que une mãe e bebê (1975e, p. 71, grifo do autor).

Nestes estágios primitivos, uma provisão ambiental suficientemente boa concederá ao indivíduo capacidade de enfrentar o intenso choque da perda da onipotência.

De acordo com a qualidade desta provisão ambiental, as pessoas serão capazes de viver criativamente e sentir que a vida merece ser vivida. Mas, por mais que não recebam adequadamente este cuidar, Winnicott destaca a existência oculta de uma qualidade criativa original em todo ser humano.

Ser criativo não requer do indivíduo apenas existência, mas um **sentimento** de existência “como uma posição básica a partir da qual operar. Em consequência, a criatividade é o fazer que, gerado a partir do ser, indica que aquele que *é está vivo*” (WINNICOTT, 1999, p. 23, grifo do autor). Desta forma, prevalece o “fazer-pelo-impulso” em detrimento do “fazer-reativo”, ou seja, a vida não ser, em sua grande parte, apenas reação a estímulos.

Porém, para Winnicott (1975a), não há criatividade e originalidade “puras”, independentes da tradição e da cultura, o que percebemos quando o autor destaca a impossibilidade de sermos originais - em qualquer área cultural - sem termos um pé fincado na tradição: apoiamo-nos na tradição para conseguir originalidade. A este respeito postula: “A integração entre a originalidade e a aceitação da tradição como base da inventividade parece-me apenas mais um exemplo, e um exemplo emocionante, da ação recíproca entre separação e união.” (p. 137).

Brincando, a criança está no terreno da criatividade, acumulando experiências: sua riqueza está essencialmente no brincar e na fantasia.

Tal como as personalidades dos adultos se desenvolvem através de suas experiências da vida, assim as das crianças evoluem por intermédio de suas próprias brincadeiras e das invenções de brincadeiras feitas por outras crianças e por adultos. A brincadeira é a prova evidente e constante da capacidade criadora, que quer dizer vivência (WINNICOTT, 1977, p. 163).

Neste sentido, os adultos ajudam ao dar à brincadeira seu lugar de reconhecimento e ao ensinar brincadeiras tradicionais às crianças, porém tomando cuidado para não atravessar a iniciativa destas.

“É bom recordar que o brincar em si mesmo é uma terapia. Conseguir que as crianças possam brincar é em si mesmo uma psicoterapia imediata e universal: [...] *Brincar, essencialmente, satisfaz*” (WINNICOTT, 1975e, p. 74 e 77, grifo do autor).

Winnicott (1975e) nos lembra que o corpo está envolvido na experiência do brincar, uma vez que a criança manipula objetos e certos interesses estão associados a aspectos de excitação corporal. Desta forma, nas brincadeiras a criança tem a possibilidade de ligar a função corporal com as ideias, assim como é possível também relacioná-las com o funcionamento físico (WINNICOTT, 1977).

Ainda na brincadeira, as crianças adquirem organização para iniciar relações emocionais, o que promove o desenvolvimento de relações sociais. Através desta atividade são igualmente ajustadas a papéis pré-concebidos, assim como fazem amizades e inimizades, ou seja, tanto nos aspectos objetivos quanto nos mais subjetivos, desenvolvem-se.

Pensemos agora algumas questões contemporâneas que atravessam a realidade de diversas crianças moradoras de favelas, marcando-as com experiências diferenciadas.

## 3.2

### **Vivências puras de violência – quando o ambiente é hostil**

Embasando-se em um pensamento psicanalítico, principalmente winnicottiano, Bittencourt (2006) problematiza as diferenças existentes entre os tradicionais medos infantis e as novas formas de medo que surgem na atualidade. A autora destaca entre as crianças contemporâneas, independentemente da classe social, “a presença maciça do real que em alguns casos não chega nem a ser representado, porque se torna paralisante, calando a expressão na linguagem” (BITTENCOURT, 2006, p. 1).

Em nossa sociedade, o estranho assustador ganha a forma de um imaginário do medo alimentado pelas informações sobre as diferentes formas da violência urbana que a mídia transmite diariamente, lembrando-nos constantemente do caráter inevitável dos perigos que nos cercam. Principalmente durante a infância, o imaginário social cria narrativas que nomeiam os medos e “permitem a ação de mecanismos para exorcizá-los simbolicamente” (p. 4).

E quando o real é extremamente violento, como no ambiente da favela?

[...] contrariamente aos que moram no ‘asfalto’, os moradores das zonas de risco vivenciam no seu cotidiano aquilo que para muitos outros ainda está apenas nas notícias, e encontram-se capturados de modo concreto pelas representações que dão nome à violência (BITTENCOURT, 2006, p. 3).

Nestes casos, o nome do medo se encontra colado à experiência de ameaça explícita. O real manifesta-se com tamanha brutalidade que, por vezes, leva consigo a capacidade da função simbólica:

Muitas crianças vivem hoje experiências que, destroçando os espaços externos, afetam também a possibilidade de construção de sentimentos de confiança, impedindo a instauração dos espaços simbólicos onde podem ser controlados os medos, sonhados os projetos e elaboradas as condições do crescimento (BITTENCOURT, 2006 p. 7).

Para aqueles que moram em favelas cariocas, acostumados não apenas à truculência dos bandidos com os quais convivem diariamente, mas também às violentas ações da polícia, figuras como o “caveirão” (carros pretos blindados através dos quais os policiais chegam às favelas) ou simplesmente o policial,

carregam um significado simbólico de pavor, trazendo à tona experiências traumáticas do terror, pois encontram-se coladas ao próprio real. As pessoas mais afetadas por tais situações são as crianças.

Atualmente, essas crianças experimentam, em seu cotidiano, situações reais tão amedrontadoras que os tradicionais medos infantis do escuro e das diversas figuras imaginárias representantes da estranheza, saem de cena e dão lugar a **medos que são frutos diretos da vivência da realidade** (p. 4, **grifo meu**).

Expostas a situações traumáticas, assistem a tiroteios, assassinatos, execuções, cenas que arrastam seus medos da dimensão do imaginário para a dimensão do real. Desta forma, embora continuem circulando pela favela, vão restringindo esta liberdade de transitar pelas ruas e nelas brincar, o que fazem com receio, olhando para os lados a todo o momento.

Maranhão (2009 p. 56) não nos permite esquecer o contexto no qual vivem as famílias faveladas “O território que ancora esta mãe é uma favela, algumas casas são muito pobres [...] o tráfico está presente e são constantes os embates armados”. Na mesma linha de pensamento, Bittencourt (2006) nos lembra que os cuidadores destas crianças muitas vezes encontram-se aterrorizados pela violência, fazendo as crianças permanecerem confinadas em suas residências precárias, tendo a atividade simbólica criativa substituída pelo passivo entretenimento de assistir à televisão ou jogar videogame, repetitivamente. Desta forma, toda a vivência de violência é apenas reencenada nas imagens da TV e dos jogos, não sendo elaborada.

Winnicott nos fala de um desenvolvimento psíquico saudável que é alcançado por meio da soma de condições inatas e ambientais, o que exige que este ambiente seja facilitador, função incorporada pelos cuidadores da criança. Diante do apoio de condições facilitadoras, esta é capaz de lançar mão de defesas, táticas de proteção que localizam em um outro simbólico a causa de suas angústia. É por meio da criação de um vínculo de confiança com o cuidador que a criança pode sentir-se protegida, tendo condições facilitadoras de apoio para a elaboração simbólica dos medos que surgem no contato com o real.

Mais do que nunca, no caso de crianças vivendo em situações de risco, os apoios ambientais serão imprescindíveis. Em muitas situações será importante recorrer a táticas para driblar as dificuldades da vida cotidiana. A seguir,

buscaremos alguns subsídios para pensar esta questão, que também é, inevitavelmente, atravessada pela cultura gerada pelo sistema capitalista.

### 3.3

#### **Práticas populares frente às desigualdades: a criatividade possível na sociedade de consumo**

Um grande número de questões é suscitado pelos cruéis contrastes na vida social ocasionados pelo sistema capitalista e a cultura que dele decorre. Tendo em vista a hegemonia dos valores de consumo no mundo contemporâneo, não podemos deixar de nos referir a esta questão que compõe o ambiente no qual a infância atual se constitui e, inevitavelmente, fez-se presente em nosso campo de prática.

Apresentamos a seguir ideias de alguns autores que são referências neste assunto, como Baudrillard (1970), Bauman (1998, 2001) e Guattari & Rolnik (2005). Buscamos realizar um breve diálogo entre as posições diversificadas destes autores (alguns mais otimistas, outros mais “sombrios”) e as ideias propostas por Certeau (1994), que não nega a violência decorrente das desigualdades, mas também percebe, nas entrelinhas da vida cotidiana, possibilidades dos sujeitos construírem vias de escape.

Guattari & Rolnik (2005) nos propõem romper as tradicionais dicotomias entre ser e sociedade, vida intra e extrapsíquica, nos convidando a pensar o cenário sócio-cultural como importante produtor de subjetividades. Assim, mostram que as concepções de desejos, subjetividade e até inconsciente apenas podem ser pensadas no cenário da sociedade atual. Como o ambiente econômico-social se modificou, sendo majoritariamente capitalista, a produção de subjetividades inevitavelmente se transformou<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Nesse sentido, os autores criticam Freud e Lacan por analisarem o inconsciente apenas a partir do discurso, sem considerar a forte influência do capitalismo e todos seus engendramentos produtores de subjetividades específicas.

Diferentemente da Modernidade, na qual vivíamos uma sociedade de **disciplina**, na atual pós-modernidade o **controle** impõe-se. O poder da disciplina agia opressivamente nas instituições e coercitivamente sobre os corpos, docilizando-os. Atualmente, embora ainda haja disciplina, destacam-se os mecanismos de controle que, ao contrário dos disciplinares, atuam de forma menos incisiva. Um forte exemplo é a mídia, que perpetua importante controle sobre as vidas humanas, sem precisar lançar mão de coerções (DELEUZE, 1992).

A opressão que está na base do **controle** da subjetividade é mais ampla e sutil do que os mecanismos disciplinares. Estes modos contemporâneos de exercício do poder produzem subjetividades domesticadas, o que dispensa a necessidade de disciplinas punitivas: subjetividades mais controladas não precisam ser punidas.

Guattari & Rolnik (2005) denunciam a existência de dois mecanismos opressivos que atuam para manutenção do capitalismo: um incidindo sobre a economia e outro estabelecendo controle sobre a produção de subjetividade. O segundo é constituído por duas máquinas produtoras de subjetividade: a mídia e a informática, que injetam na sociedade maneiras de pensar e de agir, subjetividades “corretas”, efetuando controle impetuoso.

Os processos de subjetivação estão em conexões múltiplas com as máquinas capitalistas de produção de subjetividade que, massificando processos de subjetivação, oferecem à sociedade modelos de subjetividade prontos para serem utilizados, chamadas subjetividades serializadas (“em série”). Neste sentido, torna-se claro o quanto o capitalismo contemporâneo se sustenta por um tipo de subjetividade criado, vendido e amplamente consumido.

Esta subjetividade predominantemente consumida é a da pessoa rica, branca, bela, magra, consumidora e heterossexual. Este é o modelo dominante para o qual escoam os desejos e fantasias, que acabam por sustentar todo um sistema econômico, que possui no **consumo** seu mais forte eixo.

No mundo contemporâneo globalizado, a cultura de consumo estabeleceu-se de modo hegemônico, modificando a inserção dos sujeitos na sociedade e

promovendo enorme expansão e diversificação de mercadorias que, comercializadas, extrapolam sua funcionalidade, assumindo um poder de veicular informações acerca do sujeito que as ostenta (BAUDRILLARD, 1970). Ou seja, observa-se que as pessoas consomem para afirmarem-se como a pureza da pós-modernidade que, segundo a expressão de Bauman (1998), são aqueles economicamente capazes de consumir.

Baudrillard (1970) e Lipovetsky (2007) descrevem a sociedade de consumo como caracterizada por mercadorias e serviços em abundância, elevação do nível de vida, objetos e lazeres cultuados, moral hedonista e materialista. Porém a obsolescência, a sedução e a diversificação são os três principais pilares de significado da produção e do consumo na sociedade calcada na expansão das necessidades.

Ainda segundo Lipovetsky (2007), na sociedade de consumo há maior preocupação com a satisfação e o suprimento dos desejos pessoais, havendo descaso com o interesse coletivo. O consumo segue a ordem efêmera dos desejos individuais e os objetos consumidos são exibidos por cada qual para servirem à necessidade de mostrar o poder de consumo próprio.

Neste sentido, Bauman (2001) define a atual população mundial como a “civilização do excesso e do desperdício”, que busca satisfações momentâneas através de coisas que já possuem, mas que são diariamente “repaginadas” e oferecidas com ar de novidade. A insatisfação continua, fazendo as pessoas desejarem sempre mais, e coisas diferentes.

O consumo se mostra uma atividade a qual se recorre frequentemente no mundo contemporâneo - vivido como instável devido às mudanças que se engendram a todo o momento - como instrumento para atingir a felicidade, a vida perfeita, exorcizando os fantasmas da existência.

Não apenas a felicidade, mas também a dignidade humana é definida como posse de certo estilo de vida – o que implica no consumo de determinados produtos e serviços (BAUMAN, 1998). Neste sentido, Baudrillard (1970) afirma:

“[...] a felicidade constitui a referência absoluta da sociedade de consumo, revelando-se como o equivalente autêntico da salvação” (p. 51).

Saraiva (1998) também ratifica o quanto os produtos de consumo são signos atuais do bem-estar e da felicidade. A solução para o mal-estar contemporâneo passa pela via da negação e da sedação, seja pelo incremento das toxicomanias, pelo crescimento das seitas religiosas ou do **consumo**. Este promove, então, o mesmo ideal de felicidade prometido pelas toxicomanias e religiões, tornando-se conduta não apenas aceitável como valorizada socialmente, um fetiche. Consumir, além de anestesiar a própria dor do existir, dá sustentação ao sistema econômico, permitindo sua hegemonia.

Para a subjetividade serializada, consumir é mais importante do que produzir. Não por acaso, atualmente consome-se subjetividades, um determinado tipo de saúde, corpo, beleza, vendidos em escala planetária. Isto significa que há constantes pressões do meio para que as pessoas submetam-se a este específico modelo de vida (GUATTARI & ROLNIK, 2005).

Uma vez que todo o sistema capitalista é sustentado por uma subjetividade específica, a fabricação global desta não está mais na margem e sim no núcleo do modelo capitalista. A produção econômica atual não pode mais prescindir da produção de tal subjetividade: ela é seu motor, matéria-prima mercadológica, indispensável à manutenção do sistema.

A produção serializada de subjetividade funciona em torno de uma lei transcendente: a lei de mercado. A grande massa de indivíduos que adota estes modelos prontos, que são o tempo todo vendidos, sustenta o sistema econômico capitalista globalizado. Trata-se de pessoas fascinadas pelos produtos oferecidos pelo mercado.

De acordo com Deleuze (1992), acompanhamos contemporaneamente uma redução dos ideais subjetivos àqueles que interessam e perpetuam a economia capitalista. Mas, o autor anuncia que a serialização possui uma contrapartida: a singularização - capacidade para resistir à tendência da máquina capitalista de

vampirizar, sugar e serializar subjetividades. Trata-se da criatividade para criar territórios de existências alternativas.

Guattari & Rolnik (2005) pontuam que a subjetividade comporta sempre alguma capacidade de singularização. Mesmo massificada, mantém algum potencial que lhe permite abrir território para respirar e não sufocar diante dos modelos propostos pelas máquinas capitalistas.

Neste sentido, em “A invenção do cotidiano – Artes de fazer”, Certeau (1994) anuncia a capacidade da multidão anônima, que traça seu caminho próprio no uso dos produtos impostos, buscando viver do melhor modo possível a ordem social e a violência das coisas. O autor francês entende que as formas do consumo ainda permitem a liberdade interior, a imaginação e a dimensão criativa, apesar do opressor contexto sócio-histórico vivido atualmente. Desta forma, propõe bases para uma compreensão diferente das organizações subjetivas dentro da configuração cultural instituída pela sociedade de consumo, partindo do princípio de que mesmo a atual situação de controle não paralisa a criatividade humana. Ou seja, mesmo diante de um sistema econômico-social orientado pelo consumo, as massas não são tão passivas, conformistas, submissas quanto se quer acreditar. Isto porque, nas práticas cotidianas, agem de forma criativa a fim de ter melhores condições de vida diante das injustiças da ordem social.

O filósofo orienta nosso olhar rumo às miudezas das práticas populares, aos procedimentos minúsculos através dos quais o homem ordinário “joga com os mecanismos da disciplina e não se conforma com ela a não ser para alterá-los” (CERTEAU, 1994, p. 41). O autor francês destaca as microrresistências deste homem comum que, por sua vez, possibilitam microliberdades, subvertendo as lógicas de dominação.

Certeau nos convida a adentrar a cortina de fumaça que nos ilude na crença de dominação de uma sociedade inteira: acena para a impossibilidade de todo um corpo social se reduzir a tal submissão. Carregando a originalidade de inverter a interpretação das práticas culturais contemporâneas, sua obra resgata o olhar para as astúcias anônimas das artes de fazer, as artes de viver as dominações da sociedade atual.

O autor coloca em evidência, no palco científico, “um movimento criativo e produtivo entre aqueles que acadêmicos e administradores (públicos e privados) julgam estar passivamente condenados” (JOSGRILBERG, 2002).

A esta capacidade que a cultura popular possui de, através de acrobacias e espertezas, empregar e driblar os contratos sociais, Certeau chama de “trampolinagem”. Assim sendo, inventam-se formas diversas de *jogar e desfazer o jogo do outro*, de forma resistente e sutil. Mas adverte: esta invenção do cotidiano, estas maneiras de fazer são limitadas e requerem conhecimento e aplicações dos códigos culturais.

Outro conceito elencado pelo filósofo no parece apropriado: o que Certeau entende por “táticas” “em suma [...] a arte do fraco” (1994, p.101). Trata-se de uma série de procedimentos que usam as referências de um lugar próprio. São atividades que lançam mão das referências desse lugar próprio, controlado, onde as partes possuem posições definidas. Aproveitando-se das ocasiões, os movimentos táticos convertem o lugar próprio em espaço (lugar praticado). As “estratégias”, por sua vez, são os procedimentos e atividades que controlam o lugar.

Por meio das práticas do dia-a-dia, a reinvenção de representações dominantes é feita, combinando constantemente “estratégias” e “táticas” de resistência, através das quais o homem ordinário se apropria de elementos fornecidos pelo ambiente para criar soluções imprevistas, driblando limitações impostas pelo sistema vigente.